

ENCONTROS ENTRE O CONTRATO DE CRÉDITO AO CONSUMO  
E O DE COMPRA E VENDA E DE SEGURO NOS TRIBUNAIS<sup>1</sup>  
*MEETINGS BETWEEN THE CONTRACT OF CONSUMER CREDIT  
AND THE PURCHASE AND SALE OF INSURANCE AND THE COURTS*

Ana Márcia Do Amaral Vieira\*

**Resumo** O Contrato de compra e venda e o de crédito ao Consumo e o de seguro na prática Judiciária e a busca jurisprudencial e doutrinária da efectiva tutela do consumidor quando estes contratos estão interligados.

**Palavras- chave:** *Direito do consumidor; vendas financiadas; seguro.*

**Abstract** *The contract of sale and consumption of credit and insurance practice and seeking judicial jurisprudence and doctrine of the effective protection of the consumer when these contracts are interrelated.*

**Keywords:** *Consumer Law; financed sales, insurance.*

## 1. Introdução

O tema que me proponho tratar diz respeito aos «encontros» entre o contrato de crédito ao consumo e o de compra e venda e contrato de seguro, nos tribunais.

Falo apenas em «encontros», porque o regime legal vigente até 1 de Julho de 2009, e a prática judiciária não permitem indicar tratar-se de um «casamento» entre estes contratos – seria o desejo de qualquer consumidor, nem permitem indicar tratar-se de um «divórcio» – seria o desejo de qualquer financeira –; nem sequer um «noivado», mas tão só «encontros».

Explico a origem desta terminologia (para que não se pense que confundi o tema com algum do direito da família!), a qual me ocorreu aquando da leitura do estudo de Fernando de Gravato Moraes (denominado: «Do Regime Jurídico do Crédito Ao Consumo», publicado na Revista Scientia Iuridica, de 2000 Julho/Dezembro, nº 286/288), onde este autor refere que estamos perante dois contratos, os quais estão separados formal e substancialmente, sendo que esse objectivo de separação entre os contratos é pretendido pelo dador de crédito e pelo vendedor, para os quais um eventual conflito deve ser dirimido entre os respectivos contratantes, e já o consumidor inversamente pretende que exista um dependência recíproca dos contratos de compra e venda e de concessão de crédito, não se apercebendo por vezes, das consequências legais dessa separação entre contratos. Ao analisar esta questão da coligação destes contratos não pude deixar de me reportar a esta terminologia, apenas em sentido figurativo, e analisar se estamos perante «casamentos», «encontros» ou «noivados» ou «separações» e «divórcios» entre estes três contratos, atento o contexto judicial e legislativo actual.

Para melhor clareza na exposição, vou dividir a minha exposição em dois segmentos, um atinente ao contrato de compra e venda e outro ao de seguro e no contexto do contrato de crédito ao consumo o regime vigente e o que vigorava sob a égide do DL 359/91 de 21 de Setembro (sendo que quanto à jurisprudência, irei versar, apenas o período anterior à vigência do Decreto-Lei 133/2009 de 2 de Junho dado que o mesmo entrou em vigor apenas em 1 de Julho de 2009 e não tenho conhecimento de nenhuma decisão judicial que tenha aplicado este normativo), e compair os dois regimes a fim de se equacionar se o actual Decreto-Lei protege mais o consumidor.

Por outras palavras, pretende-se analisar se a evolução legislativa e a prática judiciária caminham em direcção à concretização de um direito do consumidor que o tutele eficazmente.

---

\* Juíza de Direito

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Universidade Portucalense Infante D. Henrique Porto, Portugal no Mestrado em Direito Civil com especialização em ciências Jurídico-Processuais, cadeira de Direito do Consumo no ano lectivo de 2009/2010.

No que diz respeito ao palco dos tribunais irei apenas analisar a questão da coligação dos contratos de crédito e de compra e venda e do contrato de seguro por serem uns dos aspectos nucleares a tutelar e que afloram com mais frequência no seio judiciário nomeadamente nos Juízos de Execução do Porto (onde recolhemos a experiência de cinco anos de exercício das funções de magistrada).

Não podendo deixar de referir que existem outras questões muito pertinentes a debater no contexto do crédito ao consumo, nomeadamente a questão da financeira reservar para si o direito de propriedade do bem financiado <sup>2\*</sup> e a questão da falta de comunicação das cláusulas contratuais gerais e da falta de entrega do exemplar do contrato de crédito e as nulidades daí decorrentes e a questão da figura do abuso de direito por parte do consumidor <sup>\*3</sup> e o regime das cláusulas contratuais gerais; e outros aspectos remetendo nesta sede para outros estudos atinentes <sup>4\*</sup>.

\*

A quase totalidade das questões relativas ao crédito ao consumo estão pendentes nos chamados Juízos de Execução nos quais o exequente (a entidade financeira) a coberto de um título executivo (regra geral uma livrança) ou do próprio contrato de crédito ao consumo (o qual é considerado – mediante algumas circunstâncias – também um título executivo pela maioria da jurisprudência) instaura uma acção executiva, não tendo de alegar a causa de pedir, e beneficiando do entendimento corrente de que habitualmente em sede de acção executiva não se admitem incidentes de intervenção de terceiros.

\*

## 2. O Contrato de compra e venda e o de crédito ao consumo (Prática judiciária).

A questão nuclear que se coloca é a de saber se perante uma invalidade ou vícios existentes num dado contrato de compra e venda ou perante o incumprimento do contrato de

<sup>2</sup> Sem entrar aqui na questão de se saber se é possível, ou não a financeira registar em seu nome a reserva de propriedade – sobre este tema, e no sentido negativo, e onde se explanam as várias posições existentes, vide, Gravato de Moraes, in Os Contratos de Crédito ao Consumo, pág. 298 a 310.

<sup>3</sup> 2 O artigo 6º, nº2, do DL 359/91, de 21/9, obriga à entrega de um exemplar do contrato de crédito ao consumidor no preciso momento da assinatura do contrato. E estabelece o artigo 7º do citado DL que o contrato é nulo se não for observado o prescrito no nº1 ou quando faltar algum dos elementos referidos nas alíneas a), c) e d), do nº2, nas alíneas a) a e) do nº3, e do nº4 do artigo anterior, e que se presume que a inobservância dos requisitos do artigo anterior é imputável ao credor e a invalidade do contrato só pode ser invocável pelo consumidor.

Existe uma presunção legal de que a falta da entrega desse exemplar é imputável à exequente (artigo 7º, nº4 do DL em aplicação) e não tendo a financeira feito a prova dessa entrega resultaria a nulidade do contrato de crédito (no sentido de que incumbe à financeira o ónus da prova da entrega desse exemplar, vide o Ac. da RP de 4/12/2006, Ac. da RP de 19/9/2000 e Ac. da RP 8/7/2004 e o Ac. da RP de 23/5/2005, todos da página da DGS).

Porém, essa nulidade tem sempre de ser temperada com o instituto do abuso do direito (artigo 334 do CCivil) nomeadamente se o consumidor pagou um número considerável de prestações sem haver invocado essa nulidade, não será legítima essa invocação ulterior.

<sup>4</sup> Desde logo salienta-se a questão referida no contexto do arrendamento urbano relativa à questão de actualmente o Nrau estabelecer no artigo 1074 do Ccivil que existe liberdade contratual em estabelecer que as mesmas ficam a cargo do arrendatário ou do senhorio, sendo que se estivermos perante um arrendamento habitacional baseado numa relação de consumo (no caso de o senhorio desenvolver a actividade lucrativa e o arrendatário não der ao locado um uso profissional) não existe liberdade contratual estando as obras de conservação sempre a cargo do senhorio dentro do prazo de 5 anos nos termos dos artigos 1º-A, nº2, 1º B, 3º, 5º e 10º do DL 67/2003 de 8/4 e DL 84/2008 de 21/5)- vide, Laurinda Gemas, Albertina Pedros, João Jorge, in Arrendamento Urbano, Novo Regime Anotado, pág. 326.

No que diz respeito a outros aspectos versados na jurisprudência a título meramente exemplificativo refere-se a indicada no livro Estudos de Direito do Consumidor, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito do Consumo, Nº1, 1999, pág.482 a 511, onde se indicam vários Acórdãos na área do direito do consumo, nomeadamente a problemática das cláusulas contratuais gerais, serviços públicos essenciais, direito real de habitação periódica, responsabilidade objectiva do produtor, crédito ao consumo, venda por correspondência, e venda de coisas defeituosas.

Igualmente surgem questões relativas ao comércio electrónico (Internet) e contratos celebrados à distância (vide Carvalho, Jorge Moraes Comércio Electrónico e Protecção dos Consumidores, in Themis Revista da Faculdade de Direito da UNL, Nº13, 2006, pág.41 a 62).

seguro, que meios tem o consumidor ao seu alcance para os fazer repercutir favoravelmente no contrato de crédito.

Por outras palavras, em que situações é que a entidade creditícia no contexto de um contrato de crédito ao consumo, responde pelo incumprimento do contrato de compra e venda ou de seguro, e quando é que as vicissitudes de um contrato de compra e venda se reflectem no de crédito.

Descendo à realidade, imaginemos um consumidor \*<sup>5</sup> que adquire junto de um vendedor de automóveis um veículo com recurso ao crédito facultado por uma financeira e ao qual não foram entregues os documentos do veículo para circular (livrete ou registo de propriedade), ou em que o predito veículo estava em nome de um terceiro, ou mesmo que o aludido veículo nunca sequer lhe chegou a ser entregue, ou ainda o caso em o veículo vendido não existe (não existe a matrícula), sendo que o mesmo por esses motivos pretende deixar de cumprir o contrato de crédito deixando de pagar as prestações, pelos referidos vícios da coisa vendida (aquilo a que se poderia, em certos casos, denominar de excepção de não cumprimento do contrato de crédito, artigo 428 do Código Civil).

Desde logo cumpre referir, que no caso a lei que regulamenta as relações jurídicas entre as partes (normalmente o oponente em sede de uma oposição à execução e a exequente) é o Decreto-Lei nº 359/91, de 21 de Setembro (publicado no Diário da República, I série-A, de 21/9/1991, e alterado pelos Decreto Lei 101/2000, de 2 de Junho e 82/2006, de 3 de Maio) o qual estabelece as normas relativas ao crédito ao consumo e transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas do Conselho das Comunidades Europeias nºs 87/102/CEE, de 22 de Dezembro de 1986, e 90/88/CEE, de 22 de Fevereiro de 1990).

Nos termos do artigo 2º, nº 1, alínea a) do referido diploma entende-se por “contrato de crédito”, o contrato por meio do qual um credor concede ou promete conceder a um consumidor um crédito sob a forma de diferimento de pagamento, mútuo, utilização de cartões de crédito ou qualquer outro acordo de financiamento semelhante.

Para maiores desenvolvimentos quanto ao conceito deste contrato, vide o Ac da RP de 03/04/2000, disponível na INTERNET, na Base de Dados da Legix (local de origem de toda a jurisprudência citada sem menção de origem): «Sumário: I – Por força do contrato de crédito ao consumo, o beneficiário do crédito (consumidor) recebe do estabelecimento comercial o bem ou produto, e o preço é pago directamente ao estabelecimento vendedor pelo concedente do crédito tornando-se este credor do consumidor que, por sua vez, assume o compromisso de liquidar o respectivo crédito nos precisos termos do contrato. II – O documento de concessão de crédito, é título executivo, se assinado pelo consumidor.».

E o Ac da RP de 17/10/2000: « Sumário: I – O contrato de concessão de crédito, segundo certa modalidade, é aquele em que o consumidor adquire bens, por preço determinado, num identificado estabelecimento e o credor paga o respectivo montante, sendo, depois, reembolsado pelo primeiro nas condições acordadas. II – Segundo outra modalidade o contrato configura a concessão de crédito em conta corrente até certo montante. O consumidor é autorizado a adquirir bens em determinado estabelecimento, pagando o credor o valor dos artigos adquiridos por aquele e sendo reembolsado nos termos ajustados. III – Tais contratos não se configuram como de mútuo, mas como de concessão de crédito, encontrando-se regulados no Decreto-Lei n.359/91, de 21 de Setembro....».

Neste tipo de contrato o vendedor do bem recebe a totalidade do preço que é pago pela entidade que concede o crédito, e o consumidor adquire o bem mediante o pagamento do preço à empresa que concede o crédito em prestações.

O artigo 12º desse Decreto-Lei regulamenta o grau e efeitos de ligação entre esses contratos (que são basicamente autónomos), ao estabelecer que o consumidor pode demandar

<sup>5</sup> Sobre os contornos deste conceito veja-se a obra de Fernando Baptista de Oliveira (Juiz Desembargador) – O Conceito de Consumidor Perspectivas nacional e Comunitária.

o credor em caso de incumprimento ou de cumprimento defeituoso do contrato de compra e venda por parte do vendedor desde que, não tendo obtido do vendedor satisfação do seu direito, se verifiquem cumulativamente as seguintes condições: existir entre o credor e vendedor um acordo prévio por força do qual o crédito é concedido exclusivamente pelo mesmo credor aos clientes do vendedor para aquisição de bens fornecidos por este último, ter o consumidor obtido o crédito no âmbito do acordo prévio referido na alínea anterior.

Noutros termos, e atento o texto da lei, pareceria que para que o consumidor pudesse demandar ou opor à empresa que concedeu o crédito o invocado cumprimento defeituoso por parte do vendedor (não ter entregue os documentos do veículo financiado ou vícios do contrato de compra e venda) o consumidor teria de alegar e demonstrar que existia um acordo de **exclusividade** entre o credor e o vendedor, e que o crédito concedido foi obtido no âmbito desse acordo, situação que na prática mesmo sendo alegada, apresenta uma dificuldade probatória enorme porque o consumidor dificilmente a demonstra e porque regra geral não ocorre, e nessa medida ter-se-ia de concluir que o invocado cumprimento defeituoso por parte do vendedor não poderia ser oposto pelo consumidor à empresa que concedeu o crédito (sendo os contratos autónomos, isto é, a empresa financiadora é alheia ao contrato de compra e venda, no qual são partes o oponente e a empresa vendedora do automóvel).

Para outros desenvolvimentos, e nesse sentido, vide o Ac do STJ de 24-04-2007: «Sumário: I -...II – A relação de trilateralidade consagrada no n.º 2 do art.º 12.º do DL n.º 359/91, de 21-09, quanto aos efeitos do incumprimento contratual do vendedor confere ao consumidor a faculdade de accionar o financiador, ou de, quando demandado, alegar a excepção de incumprimento, fazendo-o repercutir no contrato de financiamento. III – Mas para isso a lei exige a verificação em concreto de duas condições: 1.ª) a existência de um acordo prévio entre o credor e o vendedor – acordo dito de exclusividade – em virtude do qual este se obriga a direccionar os seus clientes para aquele com vista à concessão do crédito necessário à aquisição dos bens que ele, vendedor, fornece; 2.ª) e a obtenção do crédito no âmbito desse acordo prévio de exclusividade. Se não se verificarem estes dois requisitos, o credor não responde pelo incumprimento do vendedor. IV – No caso em exame, porque o mútuo em que são partes autor e réus se apresenta “independente” (no sentido visado pelo art.º 12.º, n.º 2, do DL n.º 359/91) da compra e venda concluída entre os réus e a chamada, conclui-se que o incumprimento por parte desta última não legitima o dos réus no que toca ao mútuo. Portanto, o mútuo é “insensível” às excepções oponíveis na compra e venda, designadamente à excepção de não cumprimento do contrato...».(sic).

No sentido da necessidade da demonstração da exclusividade, vide o recente Ac. do STJ de 20-10-2009 : «Sumário: I – Nos contratos de crédito ao consumo, designadamente nos casos em que o crédito, concedido sob a forma de contrato de mútuo, pagável em prestações, se destina a financiar a aquisição de bens, para que as vicissitudes de um contrato de compra e venda influenciem ou possam influenciar a operação de crédito, é necessário que o contrato de mútuo tenha sido concluído no contexto de uma colaboração estreita, com carácter de exclusividade, entre o mutuante e o vendedor (art. 12.º do DL n.º 359/91, de 21-09).

II – Tem considerado o STJ que a “exclusividade” exigida por aquele normativo deve ser entendida como integrante do acordo entre a entidade financiadora e o fornecedor do bem, pois que, de outra forma, o mutuante ficaria colocado, sem nada poder fazer, na mão do consumidor quanto à fiabilidade do vendedor, podendo impor-lhe, no limite, em quaisquer circunstâncias, o incumprimento deste, o que se não coaduna com a regra base da interpretação e segundo a qual o intérprete presumirá, para a fixação do sentido e alcance da lei, que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

III – No contrato de crédito ao consumo, a credora, entidade financiadora, responde pelo incumprimento da vendedora, perante a consumidora mutuária, desde que provada a afectação do crédito ao contrato respectivo e desde que no âmbito de um prévio acordo de exclusividade

e, em consequência, não estando provada a existência de um tal acordo e por incumprimento do mútuo, deve a mutuária pagar o débito. IV – Provado que a autora, compradora de um veículo automóvel, assinou os papéis impressos destinados à concessão do crédito nas instalações da vendedora, 1.ª ré, e que esta deu seguimento, contactando e obtendo o assentimento da instituição financeira, 2.ª ré, tal não significa uma vinculação a um acordo prévio entre ambas as rés, pelo que não são extensíveis à 2.ª ré os efeitos da resolução do contrato de compra e venda operada pela autora ante a situação de incumprimento da 1.ª ré, nada tendo a 2.ª ré de restituir no âmbito do contrato de mútuo celebrado, antes podendo a autora obter da vendedora o preço que lhe foi pago com a recíproca restituição da viatura. V – A ser assim, e por falta de pagamento das prestações no âmbito do referido contrato de mútuo, a partir da vencida em 15-08-2006, apesar de avisada para o fazer, no prazo de oito dias, sob pena da perda do benefício do prazo, e de harmonia com o clausulado, segue-se ter-se constituído a autora devedora do montante global peticionado em reconvenção, correspondente à soma do montante das prestações que não foram pagas, conforme o plano de pagamento, a que acrescem os juros de mora.».

No predito Acórdão, que trata de um caso em que foi adquirido um veículo e no qual não foram entregues os documentos e onde a financeira deduziu pedido reconvenicional, é analisada a questão de saber se no contrato de crédito ao consumo a financeira responde pelo incumprimento da vendedora concluindo-se pela afirmativa se houver acordo de exclusividade entre vendedor e a mutuante. É referido que se o legislador no artigo 12º indica que só a exclusividade justifica a conexão entre o contrato de mútuo e de venda temos de interpretar dessa forma, sob pena de se violar a regra base de interpretação, segundo a qual o interprete presume para a fixação do sentido, que o legislador consagrou as soluções mais adequadas e soube exprimir bem o seu pensamento (não se concordando com uma interpretação teleológica – protecção do consumidor – que interpreta esse termo da «exclusividade» como a vinculação do crédito a um dado contrato de venda).

Igualmente nesta sentido poder-se-á analisar o Ac. do STJ de 22/6/2005 do Cons. Oliveira Barros, publicado na CJSTJ, Ano XIII, T2, 134 e Ac. Do STJ de 5/12/2006, in CJ 2006, T. III, 148.

Neste segmento está espelhado a existência de uma espécie de «divórcio» entre estes dois contratos tendo o consumidor que cumprir o contrato de crédito (pagamento das prestações) pese embora o quadro acima descrito quanto aos vícios atinentes ao contrato de compra e venda.

**No entanto verifica-se que tem vindo a desenvolver-se a tese, no âmbito da jurisprudência que o artigo 12º terá de ser interpretado de uma forma mais flexível por forma a dar uma maior tutela ao consumidor e dando eco ao objectivo da legislação do chamado crédito ao consumo (visando criar, senão um «casamento» pelo menos um «noivado»).**

No caso paradigmático que estamos a analisar uma vez que jamais foi feita a entrega dos documentos do veículo a obrigação do vendedor não foi integralmente cumprida ( art. 879º e 882º, nº2 do Cód. Civil do C.Civil respeitante à obrigação acessória de entrega dos documentos, que no caso dos veículos automóveis assume relevo decisivo, dado serem imprescindíveis para circular), conferem o direito ao consumidor, de nomeadamente resolver o contrato.

Por outras palavras, o incumprimento de entrega por parte do vendedor dos documentos respeitantes ao veículo em questão (ou outras situações: vícios de funcionamento, ou o veículo estar em nome de terceiro que não o vendedor ou que a firma não permita registar esse veículo em nome do comprador), faz com que a situação se enquadre perfeitamente no regime previsto no art. 801º, do C.Civil, conferindo ao consumidor a faculdade de resolução do contrato de compra e venda celebrado.

Tal permite em geral a resolução do contrato de compra e venda, (artigo 436º do CC) mas para tal resolução ser extensível ao contrato de financiamento, por forma a permitir o não cumprimento do contrato de mútuo (pagamento das prestações) é preciso o preenchimento do art. 12º, nºs 1 e 2, do D.L. nº 359/91.

Tal como já afluído grande parte da jurisprudência tem vindo a **fazer uma aplicação menos rígida do artigo 12º, sendo que se tem interpretado de uma forma menos literal por forma a oferecer maior tutela ao consumidor, exigindo apenas a prova de uma cooperação ou colaboração entre a vendedora e a financeira e que o contrato haja sido celebrado no quadro dessa cooperação.**

O título meramente ilustrativo, e nesse sentido, passamos a citar vários Acórdãos.

Conforme refere o **Ac da RP de 18-12-2003**: «Sumário: Num contrato de compra e venda financiada, as vicissitudes de um contrato acabam por se repercutir no outro.». Tal como se refere no predito Acórdão: «Embora o legislador não tenha contemplado expressamente na previsão do art. 12º nº 2 as situações de invalidade e de ineficácia do contrato de compra e venda, deve reconhecer-se que estas se repercutem também necessariamente no contrato de crédito, tendo em consideração o nexo funcional entre os dois contratos e o vínculo de natureza económica que os liga [Cfr. Gravato Morais, Ob. cit., 411 e Paulo Duarte, Ob. cit., 60].

Será de exigir também aqui, porém, a verificação do condicionalismo previsto nas al. a) e b) do citado normativo; isto é, que o contrato de mútuo seja concluído no contexto de uma colaboração planificada entre o mutuante e o vendedor (excluindo o relevância de colaborações ocasionais e hipóteses em que o contrato de mútuo seja celebrado à margem do plano de colaboração que eventualmente exista) [Paulo Duarte, Ob. cit., 61 e segs.]....» (sic).

E na senda do **Ac. do STJ de 5/12/2006**, cujo entendimento se adere, poder-se-á colocar a hipótese de as repercussões do contrato de compra e venda se fazerem sentir no de crédito, no caso de existir uma colaboração entre o vendedor e financeira e de o crédito ter sido concedido no contexto desse acordo de colaboração (nomeadamente, o vendedor ter publicidade da financeira, ter impressos em branco da financeira, os impressos para concessão do crédito serem preenchidos nas instalações do vendedor pelo vendedor de acordo com instruções dadas pela financeira) sem ser necessária a exclusividade nas relações, fazendo-se uma interpretação que supere a meramente literal visando acautelar os interesses do consumidor.

Noutros termos mesmo que o consumidor não invoque ou não prove a relação da exclusividade entre o vendedor e financeira, poder-se-á entender que as vicissitudes do contrato de compra e venda se fazem sentir no de financiamento no caso de o consumidor alegar, atento o princípio do dispositivo, a existência do contrato de compra e venda, as suas vicissitudes durante a celebração ou cumprimento por parte do vendedor, e alegue a forma como foi celebrado o contrato de crédito, o objectivo, e ainda a existência de uma relação de cooperação ou colaboração entre vendedor e financiador e que o contrato de crédito tenha sido celebrado para obtenção de um bem adquirido no âmbito daquela colaboração entre vendedor/financiador.

Igualmente, neste sentido, vide o **Ac da RP de 20-12-2004**: «Sumário: I – A nulidade do contrato de compra e venda não acarreta, inevitavelmente, a nulidade do contrato de concessão de crédito ao consumo, ou seja, os efeitos da invalidade ou da ineficácia do contrato de compra e venda não se repercutem de forma automática no contrato de crédito que lhe estava associado. II – O artº 12, n.1 do DL n.359/91, de 21/9, apenas prevê de forma expressa a situação inversa. III – Mesmo que se entenda que a nulidade do contrato de compra e venda acarreta a nulidade do contrato de concessão de crédito ao consumo, ou seja, os efeitos da invalidade ou da ineficácia do contrato de compra e venda repercutem-se no contrato de crédito que lhe estava associado, é necessário que se verifique e ocorra qualquer tipo de colaboração entre o credor e o vendedor na preparação ou na conclusão do contrato de crédito».

Igualmente, neste sentido, vide o **Ac da RP de 17-03-2005**: «...Sumário: Se o consumidor num contrato de compra e venda financiada pode demandar o credor por incumprimento ou cumprimento defeituoso, nas circunstâncias previstas, também, em defesa poderá invocar a excepção de não cumprimento do vendedor.

...Na situação em análise, verifica-se que a embargante silenciou completamente o contrato de compra e venda, o pessoa do vendedor, as vicissitudes do contrato, a negociação, as relações que estabeleceram com o vendedor quanto à natureza do bem, suas caracterís-



ticas e qualidades, a forma como contactou ou foi contactada, quer pelo vendedor quer pelo exequente financiador.

Omitiu de todo a existência de alguma colaboração entre o vendedor e o financiador no que concerne à aquisição e/ou ao financiamento... E, por outro lado, não é questionada a permanência e validade do contrato de compra e venda (apesar da “indisponibilidade” da viatura)... Sucede que a entrega é efeito da compra e venda e não do contrato de crédito, e, porque nenhuma relação de colaboração se afirmou entre financiador e vendedor para a conclusão daquele contrato, a falta da entrega dos documentos não é oponível ao mutuante nem invocável perante este para o consumidor/mutuário se desonerar ou suspender (uma vez que a excepção de não cumprimento constitui apenas uma excepção dilatória de direito material) o pagamento das prestações em que fracciona o reembolso da quantia mutuada...» (sic).

Para outros desenvolvimentos, vide o **Ac da RL de 09-05-2006** : «Sumário: 1- Embora na compra e venda financiada com um crédito concedido apenas para esse efeito coexistam dois contratos distintos e autónomos, existe entre eles uma interdependência funcional recíproca com repercussão no plano jurídico.

2 – Assim, afirmada uma relação de cooperação comercial entre financiador e vendedor e chamando o financiador os documentos do veículo para proceder ao registo da reserva de propriedade a seu favor, sendo hábito ser este a proceder aos registos necessários, a falta de entrega dos documentos é-lhe oponível e legítima a recusa do comprador/mutuário em pagar as prestações em que fraccionou o reembolso da quantia mutuada, enquanto aquele não cumprir a sua obrigação de entrega dos referidos documentos.

3 – E, não sendo exigíveis as prestações ainda em dívida, não pode o financiador preencher a livrança destinada a garantir o cumprimento das obrigações assumidas no contrato de mútuo, não tendo qualquer título executivo.».

Igualmente no mesmo sentido vide o **Ac da RP de 02-03-2009** : « Sumário: I – A interpretação do disposto no nº 2 do art. 12º do DL nº 359/91 de 21/09 não pode alhear-se da circunstância deste diploma ser uma mera transposição para o direito interno de directivas europeias, com o propósito de conceder protecção aos consumidores.

II – A “exclusividade” aí referida como pressuposto da sua aplicação não se reporta ao quadro negocial estabelecido entre a sociedade financeira e o fornecedor, mas antes à vinculação do crédito a um determinado contrato de compra e venda. ».

Ainda sobre o tema, vide o **Ac do STJ de 14-02-2008** : «Sumário: I) – Contrato de crédito ao consumo é um contrato por meio do qual um credor concede ou promete conceder a um consumidor um crédito. II) – Na compra e venda financiada, o contrato de crédito, em vez de localizar-se na relação entre consumidor e vendedor, polariza-se naquele e no terceiro financiador. III) – Nela coexistem dois contratos distintos e autónomos: um contrato de compra e venda e um contrato de crédito, existindo uma ligação funcional entre os mesmos – o crédito serve para financiar o pagamento do bem que é objecto daquele outro contrato.

IV) – Trata-se de uma união de contratos, em que existe entre estes um nexo funcional que influi na respectiva disciplina, que cria entre eles uma relação de interdependência bilateral ou unilateral, em que um deles pode funcionar como condição, contraprestação, base negocial do outro, ou outra forma de dependência criada por cláusulas acessórias ou pela relação de correspondência ou de motivação que afectam um deles ou ambos.

V) – A existência de uma coligação funcional entre dois ou mais negócios produz efeitos jurídicos relevantes, na medida em que, em virtude dessa dependência funcional, as vicissitudes de um acabam por se repercutir sobre o outro ou outros. VI) – Para que as vicissitudes de um contrato de compra e venda influenciem ou possam influenciar o contrato de crédito é necessário que o contrato de mútuo tenha sido concluído no contexto de uma colaboração planificada entre o mutuante e o vendedor.».

Igualmente neste sentido vide o **Ac da RP de 20-12-2004**, ao entender que a invalidade ou nulidade do contrato de venda não se repercute no de crédito a menos que haja

uma relação de cooperação ou colaboração entre vendedor e financeira (e não uma mera colaboração ocasional).

Para outros desenvolvimentos sobre o tema, poder-se-á ainda referir a seguinte jurisprudência:

- **Ac da RC de 22-01-2008**: « Sumário: I – Nos termos do nº 1 do artº 428º C. Civ., se nos contratos bilaterais não houver prazos diferentes para o cumprimento das prestações, cada um dos contraentes tem a faculdade de recusar a sua prestação enquanto o outro não efectuar a que lhe cabe ou não oferecer o seu cumprimento simultâneo.

II – Ao contrato de crédito ao consumo e ao contrato de compra e venda a que se encontra unido (união de contratos), aplica-se o Dec. Lei nº 359/91, de 21/09, que tem como objectivo assumido “assegurar o cumprimento do objectivo constitucional e legalmente fixado de protecção dos direitos dos consumidores”.

III – De acordo com o art. 12º, nº 2, do citado diploma, o consumidor pode demandar o credor em caso de incumprimento ou de cumprimento defeituoso do contrato de compra e venda por parte do vendedor, desde que, não tendo obtido do vendedor a satisfação do seu direito, se verifiquem cumulativamente as seguintes condições: a) existir entre o credor e o vendedor um acordo prévio por força do qual o crédito é concedido exclusivamente pelo mesmo credor aos clientes do vendedor para a aquisição dos bens fornecidos por este último; b) ter o consumidor obtido o crédito no âmbito do acordo prévio referido na alínea anterior.

IV – O consumidor-comprador pode opor ao credor, no caso de ser por este accionado, a excepção do não cumprimento ou do cumprimento defeituoso do contrato de compra e venda, designadamente a falta de entrega dos documentos relativos a uma viatura vendida em consequência da referida união de contratos, com a suspensão do pagamento das prestações acordadas.».

Igualmente no **Ac da Relação de Guimarães de 20/09/2007** foi defendido que o termo “exclusivamente” constante da disposição legal mencionada nada tem a ver com o quadro das relações comerciais entre o mutuante e o fornecedor, referenciando apenas a vinculação do financiamento à aquisição de bens a fornecedor determinado.

Também, neste sentido, pode-se citar o **Ac da RL de 23-02-2006**: «Sumário: I – Na interpretação do disposto no nº 2 do artigo 12º do DL. n.º 359/91, de 21/09, que estabelece o regime jurídico dos contratos de crédito ao consumo, deve tomar-se em especial consideração que está em causa a protecção ao consumidor, pelo que se deve valorar de forma especial a “ratio” da norma, valorizando-se especialmente, nessa interpretação, os elementos sistemático e teleológico.

II – Não é aceitável, mesmo à luz do senso comum, que um regime legal especial de protecção ao consumidor conduza, na sua aplicação concreta, a um regime menos favorável do que aquele que resultaria da aplicação das normas gerais, no mesmo âmbito.

III- Assim, o disposto no nº 2 do artigo 12º do DL. n.º 359/91, de 21/09, é passível de interpretação restritiva, sendo aplicável mesmo quando não se verifique a “exclusividade” aí prevista, sempre que, no caso concreto, procedam as mesmas razões e interesses que estão na origem do consagrado na letra da lei.».

E quanto à questão de ter sido realizada uma venda de bens alheios veja-se o **Ac da RP de 15-10-2007** Sumário: I- O contrato de crédito ao consumo constitui uma união de contratos já que integra a celebração conjunta de dois contratos – de financiamento e de compra e venda – unidos entre si, mas mantendo a sua autonomia, possibilitando a sua individualização em face do conjunto.

II- Existindo unidade genética, causal e económica dos dois negócios, a resolução da compra e venda repercute-se no contrato de mútuo, tendo por consequência a resolução deste, se verificados os requisitos do nº 2 do art. 12º do DL 359/91, de 21/9.

Poder-se-á também referir o Acórdão do STJ de 5/11/2005 do Cons. Sousa Leite, publicado na CJSTJ, Ano XIV, T3, 148.



\*

Podemos assim concluir, que de um modo geral que se o consumidor demonstrar a existência de um quadro de colaboração entre a exequente e o vendedor, – ainda que não a exclusividade, que se espelha numa relação de confiança entre o vendedor e a financeira, (nomeadamente se o contrato de crédito foi preenchido nas instalações do vendedor e se o mesmo tinha impressos em branco da financeira e se foi o vendedor quem enviou o contrato de crédito à financeira), – poderá fazer repercutir a invalidade do contrato de compra e venda no contrato de crédito.

Desta forma se for demonstrada essa colaboração – ou esse «noivado»- entende-se ser legítima a invocação da excepção do não cumprimento do contrato de crédito por parte do consumidor porque nomeadamente, não pode circular com o veículo por falta de documentos e tal determinaria que não haja prestações vencidas e como tal a financeira não teria legitimidade para o preenchimento da livrança ou para instaurar alguma acção de natureza declarativa ou executiva.

**Assim, no contexto judicial tem sido criado um cenário de «união» ou de «noivado» entre estes dois contratos por forma a dar eco aos princípios que visam proteger o consumidor.**

**Mas para que esse «noivado seja duradouro» compete ao consumidor alegar e demonstrar esse quadro de cooperação com carácter estável entre a financeira e o vendedor, sob pena, de os contratos estarem numa situação de «divórcio» ficando o consumidor obrigado a cumprir o contrato de crédito ao consumo independentemente das vicissitudes existentes no contrato de compra e venda.**

### **3. O Contrato de seguro e o de crédito ao consumo (Prática Judiciária).**

No que diz respeito a este segmento da minha análise cumpre referir que em termos de doutrina não se trata de um tema muito analisado, pese embora a importância prática que em nosso entender assumam, já que é muito frequente existir a celebração simultânea de um contrato de crédito com um seguro (não só no ramo imobiliário).

Imaginemos a situação de um consumidor que celebra um contrato de crédito para adquirir um dado bem e que foi pagando todas as prestações de forma tempestiva mas que devido a um acidente ficou com uma incapacidade absoluta para o trabalho, ou ocorreu uma morte, e invoca perante a financeira o contrato de seguro celebrado juntamente com o de crédito que cobriria esse pagamento no caso de ocorrer o sinistro, e a seguradora declina esse pagamento invocando alguma causa de exclusão.

Como é sabido o contrato de seguro é a convenção por virtude da qual uma das partes (segurador) se obriga, mediante retribuição (prémio) paga pela outra parte (segurado), a assumir um risco ou conjunto de riscos e, caso a situação de risco se concretize, a satisfazer ao segurado ou a terceiro uma indemnização pelos prejuízos sofridos ou um determinado montante previamente estipulado (cfr. Almeida Costa in R.L.J.; 129; 20 e Luís de Brito, Polis Enciclopédia, 5, 662, ou Arnaldo Pinheiro Torres, in Ensaio Sobre o Contrato de Seguro, pág.17).

O contrato de seguro é aquele em que uma das partes, o segurador, compensando segundo as leis da estatística um conjunto de riscos por ele assumidos, se obriga, mediante o pagamento de uma soma determinada, no caso da realização de um risco, indemnizar o segurado pelos prejuízos, ou, tratando-se de um evento relativo à pessoa humana, entregar um capital ou renda, ao segurado ou a terceiro, dentro dos limites convencionalmente estabelecidos, ou a dispensar o pagamento dos prémios tratando-se de prestação a realizar em data determinada (vide, Moitinho de Almeida, in «Contrato de Seguro no Direito Português e Comparado»).

Ao segurado exige-se-lhe o cumprimento da obrigação de, atempadamente, pagar o atinente prémio de seguro nos termos definidos pela respectiva apólice (cfr., arts. 426º, §7º e

427º, do Código Comercial) e à seguradora incumbe o dever de satisfazer os compromissos tipificados no contrato.

Neste caso resulta que o consumidor celebrou juntamente com o contrato de crédito um contrato de seguro.

Tal como ensina Gravato Moraes, obra citada, pág. 362 e ss, com a subscrição do contrato de crédito o consumidor em muitos casos adere a um seguro associado ao mesmo, isto é, o próprio financiador normalmente aquando da celebração do contrato refere que por uma quantia pequena que acresce à prestação mensal, o consumidor pode beneficiar do pagamento por outrem da dívida se se verificar alguma vicissitude na sua vida, nomeadamente: seguro de vida, invalidez total por acidente ou doença, incapacidade temporária, ou desemprego.

Portanto, os chamados seguros de crédito são uma forma de prevenção da maioria dos casos de sobre endividamento passivo, isto é, daquele que decorre de uma quebra do rendimento resultante de um acidente imprevisto no momento da contratação do crédito, como o desemprego, a morte ou a incapacidade de um dos elementos do agregado familiar, previne, portanto, o risco subjectivo inerente ao crédito.

Existem três modalidades ou formas de seguros de protecção ao crédito: a protecção vida; a protecção acidente e/ou doença; e a protecção desemprego involuntário.

A primeira modalidade é a mais vulgarizada, garantindo o pagamento do montante em dívida pelo tomador do crédito à data da sua morte. A segunda permite o pagamento das prestações mensais do mutuário se este ficar temporariamente incapacitado para trabalhar devido a acidente ou a doença. A terceira permite a liquidação das prestações no caso de o tomador do seguro perder o emprego involuntariamente.

Conforme ensina o autor referido existe uma íntima e estreita conexão entre os dois contratos: o de crédito e o de seguro, apesar de serem dois negócios distintos e formalmente independentes.

Mas entre os mesmos existe um nexo subjacente que os liga: o contrato de seguro está intimamente condicionado ao de crédito.

A união contratual não está prevista no DI 359/91 ao contrário do que ocorre no caso da compra e venda subjacente a este tipo de contratos, mas conforme menciona o referido autor (obra citada, pág. 371) a união contratual resulta das circunstâncias subjacentes à celebração do contrato e do próprio clausulado: inexistência de quaisquer contactos entre consumidor e seguradora; a ligação íntima do financiador à entidade seguradora expressa no contrato, do facto de decorrer do contrato de financiamento que o credor é o único beneficiário do seguro, as várias menções ao seguro decorrentes do mútuo, em particular á propagação de certas vicissitudes e à extinção das garantias.

Neste tipo de contratos de seguro a seguradora vincula-se ao pagamento de determinado valor pecuniário se na sua vigência ocorrer alguma vicissitude, sem prejuízo das exclusões relativas, nomeadamente a incapacidade resultante de álcool, drogas, incapacidade pré-existente, ou revogação do contrato de trabalho por acordo ou desemprego por justa causa.

Tal como refere o citado autor (obra citada, pág. 366 e ss) o contrato de seguro é celebrado frequentemente com uma entidade seguradora que está intimamente ligada ao financiador, de resto no clausulado é imposta ao consumidor a contratação com uma seguradora específica e identificada logo no contrato e o prémio do seguro é pago pelo consumidor o qual se integra no valor mensal da prestação.

Quanto ao financiador (tomador do seguro) ao realizar esse seguro e ao impor a adesão ao consumidor, visa assegurar a restituição do dinheiro emprestado perante a verificação de um sinistro que prejudique o pagamento, ficando coberto dos vários riscos incluídos no seguro.

E o consumidor tem a vantagem de ficar garantido perante a ocorrência de alguma vicissitude prevista no contrato.

Considera o referido autor que se está perante um contrato de adesão dado que as cláusulas estão pré-redigidas e o consumidor não teve a mínima participação na discussão do

clausulado ao qual fica vinculado, e como tal aplica-se o regime do DL 446/85 de 25.10, com as alterações introduzidas pelo DL 220/95 de 31.08 e pelo D.L. 249/99 de 07.07.

Perante a ocorrência de um sinistro a seguradora fica adstrita á realização de uma prestação monetária ao beneficiário indicado no contrato que no caso é o financiador. Assim, e tal como se refere na obra referida, (pág. 370 e ss), incumbe ao consumidor participar o seguro, sendo que a sua falta impede o financiador de receber a prestação pela seguradora, mas não exime o consumidor do pagamento do empréstimo.

Conforme ensina o autor referido existe uma íntima e estreita conexão entre os dois contratos: o de crédito e o de seguro, apesar de serem dois negócios distintos e formalmente independentes.

Mas entre os mesmos existe um nexu subjacente que os liga: o contrato de seguro está intimamente condicionado ao de crédito.

\*

Igualmente, no sentido da existência de uma união contratual vide, o **Ac da RL de 02-02-2006**, disponível na pág. da DGSÍ:«Sumário: I. Um banco está obrigada ao dever de informação dos seus clientes em relação aos elementos necessários à formação da vontade na celebração de um contrato de seguro de vida – contrato exigido para a celebração de um contrato de mútuo com hipoteca – quando intervenha na celebração desse contrato de seguro em representação de ambas as partes;

II. Tendo o banco conhecimento que a distribuição da cobertura do seguro pelos membros do casal de clientes que com ele contratou não era distribuída por ambos na mesma proporção estava obrigado a informá-los desse facto;

III. Estando os contratos de seguro de vida e de mútuo com hipoteca, ambos celebrados pelo autor e pela sua falecida esposa, coligados entre si por assentarem na mesma base negocial do contrato de mútuo são oponíveis ao banco os efeitos jurídicos que, numa primeira análise o seriam apenas em relação à seguradora;

IV. Uma vez que o banco só prestou essa informação ao autor e sua esposa cerca de dois anos e meio depois da celebração do contrato de seguro, facultando-lhes então as apólices/certificados de seguro de vida onde constavam as percentagens de cobertura da quantia mutuada em relação a cada um dos mutuários, agiu de forma negligente, incorrendo em responsabilidade civil pelos danos que estes sofreram; Sendo de presumir que o casal teria querido distribuir a cobertura do seguro de vida em partes iguais por cada um deles, o banco é responsável pelo pagamento da quantia que não lhe foi paga pela seguradora até ao valor correspondente a metade do montante, concernente ao contrato de mútuo, que se encontrava em dívida à data do falecimento da esposa do autor e de que ele era credor.».

O referido Acórdão versa sobre um caso do denominado crédito á habitação tendo os mutuários celebrado o mesmo e celebrado individualmente um contrato de seguro de vida de que era beneficiário o banco mutuante com uma companhia de seguros do mesmo grupo económico do banco, sendo que constataram que sem terem sido informados previamente, os seguros de vida não eram iguais sendo que o de um dos cônjuges assegurava o pagamento de 95 % do montante global e o do outro só 5%, e na sequência do falecimento deste último cônjuge a seguradora só pagou 5% do capital mutuado.

Refere-se que se tratam de contratos formalmente autónomos (o contrato de mútuo e o de seguro) mas resulta que a entidade mutuante teve intervenção directa na celebração do contrato de seguro, como representante de ambas as partes, ao ter proposto a contratação do seguro com aquela específica seguradora que fazia parte do mesmo grupo económico e de se prontificar a realizar todas as formalidades inerentes à contratação dos seguros de vida, sendo que tinha a obrigação de prestar as informações necessárias à formação da vontade respeitando o princípio da boa fé (artigo 227 do Código Civil).

Mas este Acórdão vai ainda mais longe ao equacionar a situação de o banco não ter actuado em representação de nenhuma das partes e conclui que se têm vindo a desenvolver

teses no sentido de se alargar os efeitos dos negócios jurídicos para além dos limites tradicionais entre as partes – a chamada figura da união ou coligação de contratos através da qual os efeitos de um dado negócio jurídico vinculem uma parte terceira a esse contrato, mas que é parte de um contrato conexo decorrente da mesma base negocial.

Entre os dois mencionados contratos (seguro de vida e mútuo) existe um nexo de ligação evidente, uma vez que ambos assentam na mesma base negocial centrada no mútuo contratado com o banco e os mutuários.

A questão que se nos coloca é se no contexto do crédito ao consumo existe essa união contratual.

Entendo que para que os dois contratos sejam permeáveis entre si torna-se necessário que o consumidor demonstre a união contratual nomeadamente através da prova de que não escolheu a seguradora com quem contratou, e que entre essa seguradora e a financeira exista alguma relação (o chamado Seguro de Grupo) apesar de serem entidades autónomas, e que essa seguradora estava à partida escolhida pela mera adesão contratual, ou que a própria financeira remeta correspondência aos consumidores onde se refira a comunicações da seguradora.

Imaginemos um caso paradigmático em que os consumidores nunca contactaram com a seguradora, nem a escolheram, celebraram o contrato de seguro ao mesmo tempo que o de crédito, e sempre contactaram a seguradora através da financeira, nomeadamente entregando os documentos atinentes à ocorrência de um sinistro, sendo que está patente a figura da união de contratos, o que implica que tendo ocorrido o sinistro os consumidores ficam isentos do pagamento das prestações do contrato de crédito (vincendas após o sinistro), dado que se um dado negócio constitui a base de outro, então as vicissitudes ocorridas neste último não podem deixar de se reflectir naquele (vide, Gravato de Moraes, obra citada, pág. 279).

Desta forma a invocação da autonomia contratual ou a existência de uma exclusão de protecção decorrente do seguro (incumbindo à financeira a prova de que ocorre alguma causa de exclusão) não permite afastar a conclusão de que se tratam de contratos unidos e de que existiria inoponibilidade à financeira das situações decorrentes do contrato de seguro.

Assim, ocorrendo um dado sinistro coberto pelo contrato de seguro e não sendo provada nenhuma excepção, tal implica que por parte do consumidor seja legítimo o não cumprimento do contrato de crédito.

Igualmente no sentido da união ou do «casamento» entre estes dois contratos vide o Ac do STJ de 03-02-2009: «I – O contrato de seguro de vida, quando coligado com o contrato de crédito ao consumo, destina-se a garantir o pagamento do empréstimo contraído pelo mutuário, junto da financiadora, intervindo a entidade seguradora como obrigada a pagar a esta o capital mutuado, no caso do mutuário segurado falecer antes de determinada data, isto é, antes do termo do contrato de crédito. II – A prestação prometida pela seguradora (ora interveniente principal), na hipótese de morte da pessoa segura (no caso, o mutuário de quem a ora embargante é viúva), não se destina a esta, mas antes à tomadora do seguro (a financiadora, ora exequente/embargada), que é também, simultaneamente, sua beneficiária. III – A entidade financiadora, a favor de quem a seguradora se obriga a efectuar a prestação, pagando as importâncias seguras, não é terceiro estranho ao benefício, mas uma das partes contratuais, o que exclui a qualificação da situação como um contrato a favor de terceiro. IV – Sendo a tomadora do seguro e o segurado entidades distintas, está-se em presença de um seguro por conta de outrem, em que a tomadora do seguro contratou em nome próprio, mas no interesse de um terceiro.

V – Nos seguros de grupo, de tipo contributivo, impõe-se à tomadora do seguro, obrigatoriamente, o ónus da prova de ter informado o segurado, sobre as obrigações e os direitos, em caso de sinistro, sem perda de garantias, por parte deste, até que se mostre cumprida aquela obrigação. VI – O risco de morte resultante de doença pré-existente, bem como outros riscos excluídos da cobertura contratual do seguro de vida, traduzem-se em factos ou causas impeditivas do efeito jurídico dos factos articulados pela embargante, que à seguradora ou à

embargada, como defesa por excepção, competiria demonstrar, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 342.º, n.º 2, do CC, e 493.º, n.º 3, do CPC. VII – À financiadora, na qualidade de tomadora do seguro e beneficiária do mesmo, cabe o ónus da participação da morte da pessoa segurada. Sendo este facto do seu conhecimento, ainda que não a respectiva causa de morte, deverá diligenciar no sentido de suprir tal falta de comunicação junto da seguradora, sob pena de a obrigação do mutuário falecido se dever considerar transferida para esta entidade, não podendo a financiadora reclamar da embargante, viúva do segurado, o pagamento da quantia mutuada».

O referido Acórdão versa sobre um caso em que a consumidora peticiona a extinção de uma execução alegando a celebração de um contrato de crédito o qual tinha subjacente um contrato de seguro que garantia as responsabilidades do consumidor perante a financeira no caso de morte do mesmo, e tendo ocorrido o falecimento do seu marido a mesma comunicou à financeira a situação, entendendo que as responsabilidades contratuais estariam cobertas pelo seguro, estando a mutuária desobrigada do contrato de crédito (tendo deduzido incidente de intervenção principal provocada que foi admitido). Por seu lado a entidade mutuária alega que à consumidora incumbia informar a seguradora e que nunca lhe remeteu o certificado de óbito com a causa da morte para se poder aferir da responsabilidade das seguradora (de resto haveria suspeitas de a morte alegadamente ter resultado de ingestão de substâncias tóxicas) e por esse facto o seguro não foi accionado não tendo a mutuária recebido qualquer valor por parte da seguradora; e por fim a seguradora invoca que nunca lhe participaram o sinistro e que esse dever cabia à mutuária.

Refere-se que o consumidor adere muitas vezes com a subscrição de um contrato de crédito a um contrato de seguro conexionado, aderindo ao seguro quando subscreve o contrato de crédito. No caso trata-se de um seguro de vida de natureza temporária e de grupo que visou garantir o pagamento do mútuo junto da financeira em caso de falecimento antes da data do termo do contrato de crédito, sendo que no caso de sinistro a prestação da seguradora não se destina à pessoa segura mas antes ao tomador de seguro e seu beneficiário (a financeira), nos termos do artigo 1º do DL 176/95 de 26/7.

O predito Acórdão refere que este contrato é um seguro de um conjunto de pessoas ligadas entre si ao tomador do seguro, por um vínculo ou interesse comum (a seguradora assume a obrigação de realizar uma prestação perante a financeira), o que exclui a sua qualificação como contrato a favor de terceiro (artigo 443 do Ccivl) porque a entidade creditícia não é um terceiro estranho ao negócio, mas antes uma parte contratual.

No caso analisado conclui-se que o tomador do seguro coincide com o beneficiário do mesmo e nessa medida incumbia à financeira o ónus de participar o sinistro e prestar as informações necessárias, sendo que incumbia à seguradora a prova de alguma causa de exclusão nos termos dos artigos 342 nº2 e 493 nº3 do Ccivl.

Através da figura da conexão entre os contratos de crédito e seguro, sem prejuízo de ser uma união voluntária, resultante de ser a entidade financiadora a beneficiária do seguro e de não existirem contactos entre a consumidora e seguradora e de esta última e a financeira fazerem parte do mesmo grupo económico, entendeu-se ser a seguradora a responsável pelo pagamento do contrato porque incumbia à empresa creditícia comunicar o óbito e reclamar da indemnização junto da seguradora, e não tendo esta tido essa conduta, não poderia reclamar o pagamento junto da consumidora.

Igualmente no sentido da união contratual vide o Ac. da RP de 12-3-2009, in CJ 2009, Tomo II, pág.192 a 195, que considera que o contrato de seguro de vida celebrado paralelamente a um contrato de crédito reveste a natureza de seguro de grupo contributivo em que o seu tomador é o banco mutuante, o qual em caso de sinistro receberá directamente da seguradora o montante mutuado, sendo os mutuários simples aderentes neste contrato de seguro tendo celebrado o mesmo em função da celebração do de crédito.

Neste Acórdão refere-se que a seguradora ao assumir a obrigação de realizar perante a financeira a prestação não é terceira em relação ao contrato, sendo interveniente no con-



trato, havendo contratado directamente com a financeira e como tal não há contrato a favor de terceiro. Conclui-se que se está perante uma situação de união ou coligação de contratos, estando o contrato de crédito e o de seguro ligados através de um nexo de dependência funcional, o qual é apresentado em bloco como contrato de adesão ao consumidor (o prémio do seguro está absorvido na prestação a pagar pelo mutuo). Desta forma, o direito de crédito contra os mutuários só poderá ser exercido pela financeira se demonstrar a impossibilidade de o satisfazer por via do contrato de seguro em que figura como tomador, incumbindo à entidade creditícia o dever de accionar o predito contrato de seguro.

Todavia no contexto do contrato de seguro e de crédito o estabelecer este «casamento» nem sempre é muito pacífico dado que existem entendimentos jurisprudenciais diversos que apontam para uma conexão unilateral (do contrato de crédito para o de seguro).

Neste sentido, vide o Ac da RP de 23-10-2008 :« Sumário: I – A união de contratos pode ser unilateral ou bilateral: bilateral, se os contratos dependerem reciprocamente uns dos outros; unilateral, se essa dependência foi querida num só sentido, em termos de só algum ou alguns dos contratos dependerem de outro.

II – É comumente aceite que, concluindo-se pela existência de conexão dos contratos em termos de unidade económica, justifica-se que, na medida em que essa conexão corresponda à vontade negocial das partes contratantes, as vicissitudes de um dos contratos se reflita no outro e que dessa união possam ser extraídas consequências jurídicas que vão além do que resultaria em face da autonomia de cada um dos contratos.

Neste Acórdão foi analisada a questão da conexão do contrato de crédito com o de seguro e concluiu-se que pese embora o contrato de seguro houvesse sido imposto aquando da celebração do contrato de crédito (existe uma relação de dependência), passado esse momento inicial da celebração do contrato foi entendido, que perante o teor desse contrato, que o contrato de crédito adquiriu a sua autonomia em relação ao de seguro. Invocam-se as regras de interpretação contratual no sentido de que as partes não estipularam essa dependência ter-se-á de concluir pela interpretação que tenha com o texto escrito alguma correspondência (artigo 238 do CClvil), e nessa medida conclui-se que a dependência contratual só existe no momento da celebração, mas que após a mesma a dependência é unilateral do contrato de seguro em relação ao de crédito e não o inverso.

Portanto, no contexto do contrato de seguro torna-se ainda mais premente a fixação de princípios uniformes a fim de se evitar um casuísmo que de facto não protege o consumidor na sua plenitude como será desejável (acrescendo que as situações que exigem essa tutela normalmente decorrem de ocorrências dramáticas em termos pessoais: falecimento, desemprego, incapacidade).

Neste caso quanto ao contrato de seguro, resulta que se terá de analisar as situações concretas e lançar mão dos princípios relativos à interpretação das cláusulas do contrato de seguro a fim de concluir se a situação permite falar ou não em união contratual <sup>\*6</sup>.

Neste contexto, actualmente quanto ao contrato de seguro rege o Decreto- Lei 72/2008 de 16 de Abril que entrou em vigor em 1-1-2009, que na sede do consumo consolidou a imperatividade do dever de informação, sendo que de acordo com artigo 19º desse diploma quando o tomador do seguro for um consumidor ao mesmo é dada uma protecção acrescida que resulta de outros regimes que lhe sejam aplicáveis. (nomeadamente o artigo 8º da Lei de Defesa do Consumidor aprovada pela Lei nº 24/96 de 31/7, alterada pela Lei nº 85/98 de 16/12 e pelo DL 67/2003 de 8/4, que será sempre a legislação supletiva, e do DL 7/2004 de 7/1 que rege a questão do comércio electrónico do DL 57/2008, e o DL 95/2006 de 29/5 relativo às práticas comerciais desleais),

<sup>6</sup> Para outros desenvolvimentos quanto á questão da comunicação das clausulas contratuais ao consumidor no contrato de seguro vide o Ac da RL de 2/3/2010, e o Ac do STJ de 11-3-2010, (no sentido de incumbir ao tomador do seguro esse dever de informar).

De salientar ainda o Decreto-Lei 222/2009, de 11/9. que estabelece regras para os contratos de seguros de vida associados ao crédito à habitação que sem prejuízo de permitir a liberdade contratual, refere que nos casos em que existe associação do contrato de seguro de vida com o crédito estabelece novos deveres de informação contratual e pré-contratual nomeadamente declarar que o consumidor pode optar pela contratação do seguro junta da empresa da sua preferência e que pode incluir o valor dos prémios entre os custos associados, para além de fazer coincidir o capital seguro ao capital da dívida do crédito.

\*

Resumindo entende-se que perante o quadro legal vigente até à entrada em vigor do DL 133/2009 de 2 de Junho, o consumidor para beneficiar da teoria da união dos contratos (em que existe entre os contratos um nexo funcional que influi na respectiva disciplina, que cria entre eles uma relação de interdependência bilateral ou unilateral, em que um deles pode funcionar como condição, contraprestação, base negocial do outro, ou outra forma de dependência criada por cláusulas acessórias ou pela relação de corresponsabilidade ou de motivação que afectam um deles ou ambos <sup>7\*</sup>), teria de alegar e provar um quadro mínimo de colaboração ou de cooperação entre a financeira e a entidade vendedora ou seguradora, por forma a ser possível proteger o mesmo da autonomia contratual ficando assim abrigado num espécie de «noivado» e em alguns casos «casamento».

Noutros termos para tornar permeáveis ao contrato de crédito os vícios e vicissitudes do contrato de venda e de seguros, isto é, para «casar» estes contratos, teria sempre de alegar e demonstrar a referida cooperação entre as entidades por forma a não lhe ser exigível o cumprimento do contrato de crédito ao consumo.

**Pelo exposto, grande parte da jurisprudência vigente ancorando-se no instituto da união de contratos (embora reconhecendo a autonomia dos dois contratos), considera que os mesmos formam um único conjunto económico, o que permite fazer uma interpretação do advérbio «exclusivamente» do artigo 12 n.º2, alínea a), mais propícia à existência de um «noivado» entre estes contratos, baseada numa interpretação teleológica desse normativo que permite ultrapassar a mera interpretação restritiva do mesmo que conduziria a um quase «divórcio» entre os contratos.**

#### **4. O regime actual do contrato de crédito ao consumo**

Actualmente o DL 133/2009 de 2/6 que entrou em vigor a 1-7-2009 (à excepção do artigo 28.º, atento o artigo 37.º) aplica-se aos contratos concluídos antes da data referida (artigo 34.º) que transpõe a Directiva 2008/48/CE de 23/4/2008 (que é de harmonização máxima para criar um mercado homogéneo) e revogou o DL 359/91 de 21/9, concede uma maior protecção ao consumidor, (tendo-se mantido algumas normas do DL 359/91 de 21/9 e introduzido preceitos novos), nomeadamente no caso de contratos coligados, estabelecendo uma transposição de vicissitudes de um contrato para o outro, por outras palavras, criando aquilo a que se poderia chamar «um casamento».

Mantém-se no entanto a responsabilidade subsidiária de grau reduzido do credor em caso de incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato de compra e venda ou prestação de serviços, conforme salienta Gravato Morais (in Crédito Aos Consumidores, obra que estamos a seguir de perto).

O artigo 4.º do predito diploma define na sua alínea o) o contrato de crédito coligado, considerando existir essa figura quando o crédito servir em exclusivo para financiar o pagamento do preço de um contrato de fornecimento de bens e ambos constituírem uma unidade económica, nomeadamente se o crédito for financiado pelo fornecedor ou prestador de serviços, ou no caso de financiamento por terceiros, se o credor recorrer ao fornecedor ou prestador de

<sup>7</sup> Antunes Varela, Das Obrigações em Geral, I, 10ª Ed. 282, e Galvão Teles, Manual dos Contratos em Geral, 4ª Ed. 474.

serviços para preparar ou celebrar o contrato de crédito ou se o bem ou serviços estiverem previstos no contrato de crédito (sendo este último segmento uma inovação do regime).

O tema versado directamente neste trabalho está regulamentado no artigo 18 da referida legislação (em termos que vão mais longe que a Directiva), no sentido de estabelecer que a invalidade ou a ineficácia do contrato de crédito coligado repercute-se na mesma medida no contrato de compra e venda e que a invalidade ou revogação do contrato de compra e venda se repercutem no de crédito.

Acresce que o artigo 17º do predito Decreto-Lei estabeleceu o direito de livre revogação do contrato de crédito e de forma imotivada por parte do consumidor (no prazo de 14 dias de calendário), sendo um direito irrenunciável (ao contrário do estabelecido no DL 359/91 no artigo 8 nº5).

Na senda do que explana Gravato Morais conclui-se que a nossa legislação protege de forma mais intensa que a Directiva o consumidor, dado que a mesma propaga as vicissitudes de um negócio no outro no caso de revogação do contrato de compra e venda ou de incumprimento ou de cumprimento defeituoso do mesmo, ao passo que a legislação nacional estabelece uma conexão com as vicissitudes do contrato de crédito nomeadamente no caso de nulidade ou anulação do referido contrato de crédito (o consumidor poderá actualmente fazer repercutir no contrato de venda a nulidade ou anulabilidade do contrato de mútuo).

Nesse contexto refere o referido autor que o consumidor deve intentar uma única acção contra o vendedor e a entidade financeira e no caso de uma oposição à execução poderá invocar a matéria da nulidade ou anulabilidade como matéria de excepção.

No caso de incumprimento (omissão da entrega da coisa) ou de cumprimento defeituoso do contrato de compra e venda (DI 67/2003 com a redacção do DL 84/2008) o consumidor actua perante o vendedor, interpelando-o para cumprir o contrato (entrega que implica o exacto cumprimento do contrato, reparação ou substituição, redução do preço ou resolução contratual), e quando não obtém a satisfação ou cumprimento por parte do vendedor (insolvência do vendedor, recusa de cumprimento, reparação mal realizada, fuga) é que poderá afectar o contrato de crédito ou tornar permeável ao mesmo esses vícios (nomeadamente deixando de pagar as prestações do contrato de crédito). Neste caso o consumidor pode opor à entidade creditícia a excepção do não cumprimento, a redução do montante do crédito ou a resolução do contrato de crédito, no caso de não obter a satisfação do seu direito e defende este autor \*<sup>8</sup>que possa exigir uma indemnização do financiador por danos decorrentes da desconformidade (o que não poderá em principio é exigir do financiador a reparação ou substituição da coisa)

O nº4 do artigo 18º estabelece que caso o consumidor resolva o contrato de crédito ou a redução pode recusar o pagamento das prestações vincendas (incumbirá ulteriormente o financiador solicitar ao vendedor o crédito recebido). Noutros termos, exercendo o consumidor o direito de resolução, automaticamente à financeira permite-se exigir ao vendedor o montante mutuado (desta forma o risco de insolvência do vendedor passa do consumidor para a financeira a qual atenta a colaboração com a entidade vendedora pode controlar a sua actividade comercial).

No que diz respeito ao contrato de seguro o nº5 do artigo 18º estabelece que a invalidade do contrato de crédito projecta-se no contrato de seguro, sendo que a resolução do contrato de crédito pelo consumidor fundada em incumprimento do financiador faz-se sentir da mesma forma no contrato de seguro associado e a resolução da venda no caso de atingir o contrato de crédito afecta igualmente (embora de forma reflexa) o contrato de seguro associado.

Entente o citado autor que se deveria ter ido mais longe e optar pelo regime da solidariedade entre credor e vendedor porque a Directiva o admite (artigo 15 nº2 da Directiva) – de resto em Inglaterra vigora esse regime desde 1974, sem prejuízo de ser manifesto que o regime actual tutela de forma mais eficaz o consumidor.

<sup>8</sup> Gravato Morais, União de Contratos de Crédito e de venda para consumo, pág. 224 e ss.

Resumindo o actual regime já permite considerar a existência de um «casamento» entre a compra e venda e o consumo, evitando-se assim a situação de ruptura ou «divórcio» que poderia ocorrer no regime revogado.

Todavia, cumpre-me salientar, de resto dando eco às palavras de Gravato Morais, que apesar do novo regime só ser aplicável aos contratos ulteriores a 1-7-2009 e de para os anteriores vigorar o DI 359/91 (o qual irá ser ainda aplicável por muito tempo), o que ocorre é que mesmo no caso de regras diferentes entre estes regimes, a doutrina e a jurisprudência já defendiam o emprego da mesma disciplina que ora ficou a figurar no actual regime.

Por outras palavras, a doutrina e a jurisprudência traçando um estudo comum e complementar (como sempre deveria ocorrer) lograram criar «noivados» e por vezes «casamentos» entre os contratos de crédito, de venda e de seguro, mesmo quanto o artigo subjacente parecia estabelecer de forma rígida um «divórcio» ou «separação».

De resto estes «casamentos» e «noivados» decorrem de um imperativo constitucional, já que a Constituição Nacional de 1976 incluiu a protecção do consumidor como incumbência prioritária do estado, sendo que actualmente se considera um direito fundamental nos seus artigos 60º e 81º.

Entendo em termos pessoais que este trabalho a «duas vozes» entre a doutrina e a jurisprudência serviu e irá continuar a servir para, sem quebras de imparcialidade, conceder ao consumidor uma «história com final feliz» – um casamento entre estes contratos e para demonstrar que é possível influenciar a legislação e criar e alterar práticas que pareciam intransponíveis e enaltecer o direito do consumidor.

**No fundo, esta plena articulação da doutrina com grande parte da jurisprudência logrou encontrar soluções mais justas e equilibradas e que dão eco a um verdadeiro direito do consumidor e servir de guia para uma alteração legislativa inovadora.**

**Deveríamos trabalhar sempre assim em todos os domínios do direito.**

**Como nota para o futuro entendo em termos pessoais que é mister a existência de um diploma único – um código do consumidor com carácter estável, como aglutinador de vários diplomas dispersos que dificultam a tutela do consumidor impedem o acesso fácil sobre a legislação aplicável aos consumidores e operadores judiciais implicando maiores dificuldades de assimilação e aplicação dos vários regimes.**

\*

## **5. A Questão vista á luz do Anteprojecto do Código de Consumidor – um olhar sobre o futuro.**

De referir que uma forma extremamente eficiente de tutelar o consumir está prevista já no Anteprojecto do Código de Consumidor o qual de uma forma quase «revolucionária» (permita-se-me a expressão) estabelece a proibição de o crédito ao consumo ter subjacente títulos de crédito (artigo 303º desse diploma), e por outro lado a forma ampla de previsão sobre a coligação de contratos (artigos 303 a 308º) igualmente seria uma tutela muito eficaz.

Segundo o referido Anteprojecto engloba o contrato de mútuo e o de abertura de crédito considerando existir uma coligação de contratos em termos similares ao que estão actualmente previstos no DL 133/2009, com a nuance de estar prevista a coligação para a abertura de crédito.

De resto a regulamentação no Anteprojecto está estabelecida em maior número de artigos e de forma separada ao passo que no regime actual a mesma está prevista num artigo nuclear onde se entrelaçam as questões da invalidade e ineficácia e do cumprimento defeituoso e excepção de não cumprimento.

Quanto á repercussão da ineficácia do contrato de mútuo o artigo 305 estabelece que seja qual for a causa que a produza a mesma provoca a ineficácia do contrato de aquisição do bem com os efeitos do artigo 289 do Ccivil.

E o nº3 deste normativo é inovador ao considerar que quando a ineficácia do mútuo tenham origem em causa imputável ao financiador ou quando resulte da livre resolução do contrato o financiador sucede nos direitos e obrigações resultantes para o fornecedor do bem ou serviço no caso da nulidade ou aplicação do artigo 289 do referido diploma substantivo. Tendo este normativo o seu paralelo no artigo 18 nº4 do DL 133/2009 resulta que o Anteprojecto vai mais longe que o actual regime ao clarificar que o consumidor no caso de resolução (artigo 187º) tem o direito de não cumprir as prestações vincendas (regime vigente), mas também determina que a financeira suceda para a posição do vendedor (tendo o artigo 289 do Ccivl efeitos retroactivos).

Quanto á excepção de não cumprimento decorrente do cumprimento defeituoso rege o artigo 305º que permite que o consumidor suspenda o pagamento das prestações do contrato de crédito. Por sua vez o artigo 306 indica os pressupostos para o incumprimento defeituoso do contrato de venda se repercutir no financiamento: não ter o consumidor obtido satisfação dos seus direitos perante o fornecedor e existir um acordo prévio por força do qual este se obriga a conceder aquele o exclusivo do financiamento dos seus clientes que pretendam recorrer ao crédito e ter o contrato sido celebrado no seio deste acordo (estabelecendo uma presunção nos casos em que exista publicidade quanto ao outro contrato, quando uma pessoa actue em ambos os contratos como representante).

Neste segmento cumpre-me realçar que o termo «exclusivo» poderá suscitar as dificuldades de aplicação do normativo similares às já indicadas quanto ao artigo 12 do DL 351/91, o que não se nos afigura ser o desiderato do legislador, no entanto entende-se que no caso a redacção do actual nº3 do artigo 18º está isenta dessas questões e como tal deveria ser mantida.

Em resumo o Anteprojecto continua a estabelecer uma responsabilidade subsidiária do financiador tal como vigora actualmente, todavia o termo «exclusivo» poderá implicar alguns obstáculos em termos de aplicação prática da protecção do consumidor.

Porém, o Anteprojecto concede uma tutela vital ao consumidor no seu artigo 303º ao proibir a utilização de títulos de crédito (cheques e livranças) no contrato de mútuo e ao impor ao financiador que recuse o uso desses títulos mesmo se o consumidor os quiser subscrever e ao determinar que o financiador responde pelos danos que cause no caso de os títulos de crédito proibidos forem postos a circular. Esta nota vai para além do princípio da liberdade contratual e dá eco ao princípio de protecção dos consumidores – quanto a mim talvez seja a forma mais eficaz de protecção porque a maioria dos casos que chegam a tribunal decorrentes do crédito ao consumo surge sob a veste de um título executivo ou de crédito.

De salientar, que na minha singela opinião, é emergente a existência de um código do consumidor de forma a se unificar a inúmera legislação dispersa e a permitir uma maior acessibilidade a todos os operadores judiciais e a todos os consumidores e estudiosos (de resto no direito brasileiro essa é já uma realidade que poderia ser «importada» sem prejuízo das especificidades nacionais).

Concordo inteiramente com as palavras de Pinto Monteiro <sup>9</sup> quando considera que o Código do Consumidor (através do que designa por «código-inovação» por contraponto ao «código compilação») é a melhor forma para assegurar a protecção do consumidor, de reconhecer a autonomia que a codificação simboliza e dignificar este ramo do direito, nomeadamente por permitir uma consulta mais fácil mas também por permitir reformar a legislação existente (inversamente a mera compilação afasta a possibilidade de alteração normativa).

Acresce que paralelamente à existência de um único diploma ou código atinente ao Consumo um ponto nuclear seria estabelecer o regime da solidariedade entre a empresa que fornece o crédito e o vendedor e igualmente sugiro quanto à seguradora, porque só dessa forma se poderia falar num «casamento» entre o crédito ao consumo, a venda e seguro; e não apenas em meros «encontros» que por vezes com alguma arte jurídica (praticada pela doutrina e jurisprudência) se transformam em «noivados».

<sup>9</sup> Intervenção proferida no Colóquio Internacional de 15/3/1997, em Lisboa na qualidade de Presidente da Comissão do Código do Consumidor, «Do Direito do Consumo ao Código do Consumidor», in Estudos de Direito do Consumidor, FDUL, N°1, 1999, pág. 201 a 214.



## Agradecimentos:

Ao Professor Doutor António Pinto Monteiro e Mestre Dr.<sup>a</sup> Fernanda Maria Neves Rebelo, pelos ensinamentos.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Ferreira – *Os Direitos dos Consumidores*, Almedina, 1982
- ALMEIDA, Carlos Ferreira – *Direito do Consumo*, Almedina, 2005. ISBN
- ALMEIDA, Teresa- *Lei de Defesa do Consumidor*, Anotada, 2<sup>a</sup> ed., 2001.
- CANOTILHO J.J.Gomes, VITAL Moreira, *Constituição da República Portuguesa* Anotada, 3<sup>a</sup> ed. 1993, Coimbra Editora.
- DUARTE Paulo, *Contratos de Concessão de Crédito ao Consumo*, policopiado, aula 6/3/1999, Curso pós-graduação em Direito do Consumo da FDUC.
- DUARTE Rui Pinto *Tipicidade e Atipicidade dos Contratos*. Janeiro de 2000, Almedina
- FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto, *Títulos de Crédito*, Almedina, 2000.
- GOUVEIA França Mariana, CARVALHO Jorge Morais, *Conflitos de Consumo*, Março de 2006, Almedina.
- LEITÃO Luís Menezes *Estudos do Instituto de Direito do Consumo*, Julho de 2002, Volume I, Almedina e Volume II, 2005.
- LIMA, Fernando Andrade Pires/VARELA, João de Matos Antunes, *Código Civil Anotado*, 4<sup>a</sup> edição, Coimbra Editora 1987
- LIZ J. Pegado, Policopiado, *Jurisprudência do Consumo Uma Primeira Abordagem*, Seminário Braga 13 e 14 de Dezembro O Tribunal e os Direitos Dos Consumidores
- MARTINEZ Pedro Romano, Leonor Cunha Torres, Arnaldo Oliveira, Maria Eduarda Ribeiro, José Pereira Morgado, José Vasques e José Alves de Brito, *Lei do Contrato de Seguro*, Almedina Janeiro 2009.
- MONTEIRO, António Pinto, *Contratos de Adesão/Clausulas Contratuais Gerais*, Estudos do Direito do Consumidor, FDUC/CDC, Coimbra 2001.
- MORAIS, Fernando Gravato:
- *União de Contratos de Crédito e de Venda Para o Consumo*, Fevereiro de 2004, Almedina
  - *Contratos de Crédito ao Consumo*, Almedina 2007;
  - *Crédito aos Consumidores*, Anotação ao DI nº 133/2009, Almedina, Junho de 2009
  - *Regime Jurídico do Crédito ao Consumo*, Scientia Iuridica, Separata, Nº 286/288, Julho/Dezembro 2000
- OLIVEIRA Fernando Baptista *O Conceito de Consumidor Perspectivas nacional e Comunitária*, Novembro de 2009, Almedina
- SÁ de Almeno *Clausulas Contratuais Gerais e Directiva sobre Clausulas Abusivas*, Janeiro de 2001 Almedina
- SILVA João Calvão:
- *Compra e Venda de Coisas Defeituosas*, Conformidade e Segurança, Almedina, Setembro 2002
  - *Banca, Bolsa e Seguros, Direito Europeu e Português*, Tomo I, Novembro 2007
  - *Venda de Bens de Consumo*, Almedina, Fevereiro de 2006.
- VASCONCELOS Pedro Pais *Contratos Atípicos*, Agosto de 2002, Almedina

